

Para escrevermos a história das nossas aprendizagens

## **MEU CADERNO DE VIAGEM**

### **Porquê?**

O saldo vital mais importante que nos deixa qualquer aprendizagem não é a simples aquisição de certa informação que antes desconhecíamos, ou o domínio de uma habilidade que antes tínhamos. É algo mais difícil de perceber a olho nu e de medir; mas decisivo para o nosso crescimento pessoal. Esse saldo é a transformação que sofremos como pessoas à raiz de toda experiência de aprendizagem; como mudamos por dentro na nossa relação com os demais e na nossa visão do mundo.

Geralmente, não trata-se de uma transformação repentina ou radical. O que experimentamos é um processo durante o qual vão se sucedendo mudanças graduais e acumulativas. Mudamos em nossas idéias, nossos sentimentos, nossas práticas de ação cotidiana... Frequentemente nem sequer somos plenamente conscientes destas mudanças enquanto estão produzindo-se em nós.

Educar -e educar-se- em e para os direitos humanos traz consigo muitas mudanças, tanto de índole intelectual quanto emocional. Mas para que estas mudanças fiquem fixadas com firmeza em novos comportamentos conseqüentes, com uma filosofia de conhecimento e respeito dos direitos humanos, devem ser vividos conscientemente. Devem ser compreendidos, analisados e assumidos por cada um com plena lucidez.

Um bom recurso didático para avançar em direção a esta meta é irmos registrando nossas experiências de aprendizagem a medida em que as vivemos, assim como nossas reflexões sobre elas. Trata-se, então, da redação de um *diário ou relatório pessoal*. E o chamamos "de viagem" porque parece com o de um viajante que, ao adentrar por regiões pouco conhecidas, anota os acontecimentos para não esquecer daquilo que o cativa, o surpreende, ou o inquieta.

Esta prática de registro periódico ajudará os estudantes a compreenderem como vão amadurecendo suas idéias e sentimentos sobre os temas em discussão. Em síntese, lhes permitirá ir fazendo a história de sua própria aprendizagem.

### **1. Atividade individual dos estudantes**

O professor ou professora convidará os estudantes a terem um caderno especial ou uma seção especial dentro da sua pasta da matéria. Após a escolha, tomarão notas pessoais das atividades realizadas sobre os temas de direitos humanos e de seus comentários pessoais sobre elas. Por exemplo sobre o

que acha do que fez, leu ou debateu em aula? Que aprendeu? Que problemas ou dúvidas surgiram? O que necessitas seguir pensando ou investigando?, etc.

Será explicado aos jovens o sentido desta prática, se esclarecerá que não trata-se de uma atividade para ser avaliada pelo professor. Nem sequer deverão compartilhar suas anotações com o docente, se não o desejarem. Pode, sim, servir-lhes para preparar rascunhos de materiais que depois apresentarão ao docente ou aos colegas.

O professor ou a professora lhes lembrará periodicamente que continuem com seu "*diário de viagem*" enquanto estudarem esta temática, e procurará oportunidades para aproveitar pedagogicamente o conteúdo do diário durante o curso.

Por exemplo, de vez em quando pode pedir-lhes que selecionem de seu diário algumas reflexões especialmente significativas e as troquem com outros colegas, ou também, ao terminar uma Unidade, que revisem todas suas anotações e resumam qual foi o processo da sua aprendizagem.

## 2. Atividade individual do docente

Sugerimos que, paralelamente aos estudantes o professor ou a professora escreva também seu próprio "*diário de viagem*". Nele registrará suas experiências num sentido duplo. Por um lado, as pedagógicas, que surgirão de reflexões sobre seu trabalho com os estudantes: Como avança? Qual é a reação dos jovens? Que benefícios observa? Que dificuldades ou obstáculos encontra?, etc. Por outro lado, as pessoais, que se derivarão de analisar suas próprias reações e transformações frente à temática dos direitos humanos.

Para levar a cabo esta atividade, tanto estudantes como docentes devem assumir um compromisso de continuidade e disciplina. A princípio pode custar um pouco, mas os resultados a longo prazo justificarão o esforço...



Para aproximarem-se do espírito e dos conteúdos dos instrumentos internacionais de direitos humanos

## **DECLARAMOS QUE...<sup>1</sup>**

### **1. Discutir, acordar e redigir**

#### **DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DE UM GRUPO**

O professor ou a professora pedirá aos estudantes que, em grupo ou em equipes, ponham-se de acordo e redijam quais são os princípios básicos que deveriam reger a relação de um grupo determinado de pessoas para que funcione com harmonia e respeito mútuo. Deverão especificar também que direitos e deveres têm os membros do referido grupo.

Um bom exemplo de um grupo que pode ser escolhido para fazer o exercício é a própria classe, que inclui, por pressuposto, o professor. Outras possibilidades são: um time esportivo, uma associação artística ou cultural, ou um grupo de estudo.

Se o trabalho for realizado em equipes, cada uma apresentará suas conclusões ao resto da classe. Todos debaterão para encontrarem as coincidências e ver as diferenças entre as diferentes propostas.

### **2. Pensar em termos mais amplos**

#### **DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DA SOCIEDADE**

Na continuação, deverá ser proposta aos jovens uma tarefa semelhante à anterior, mas referida a um âmbito muito mais amplo: toda a sociedade. Que princípios básicos devem regê-la? Trata-se de elaborar uma declaração de princípios que consideram-se essenciais para a convivência de toda a sociedade e dos direitos concretos que derivam-se desses princípios.

Deve-se enfatizar aos jovens que eles devem levar em conta todas as pessoas, ainda que não as conheçam: mulheres e homens, anciões, jovens e crianças, pobres e ricos, sadios e deficientes, profissionais e camponeses, e enfim, todos os indivíduos de qualquer origem, cultura e religião. Ninguém fica fora da sociedade.

Uma vez redigido um rascunho de “*Declaração*”, os estudantes sairão para

---

<sup>1</sup> Desenvolvido a partir de uma sugestão do Centro de Direitos Humanos da ONU.  
Em: ABC - La Enseñanza de los Derechos Humanos. Nova York, 1989.

fazer uma pequena investigação na sua comunidade. Individualmente ou em pequenos grupos, entrevistarão a diferentes pessoas da sua comunidade vizinha, por exemplo parentes e vizinhos. Que princípios e direitos incluiriam estas outras pessoas? Já estão contemplados na “*Declaração*” preparada em aula, ou não?

Os estudantes levarão à classe os resultados de sua investigação e discutirão se é preciso ampliar ou modificar o texto original que antes tinham preparado.

### 3. Analisar e comparar

#### DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Os jovens estudantes entrarão em contato com este instrumento internacional fundamental de direitos humanos. O lerão em equipes -cada equipe pode ler uma parte, por exemplo um certo número de artigos-, e o compararão com a “*Declaração*” que a classe elaborou. Que observam?

Podem anotar, em uma cartolina grande, fazendo um quadro com as semelhanças e as diferenças encontradas. Logo após, em plenário, compartilhar todos os resultados desta atividade.

Nesta atividade será de muito proveito o Centro de Recursos da aula, que se sugere fazer na **Atividade ③**, logo a seguir.

Para ir conhecendo a história e a filosofia dos direitos humanos

## **INVESTIGANDO A HISTORIA**

### **1. Investigar**

#### **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**

Os jovens estudantes já entraram em contato com este instrumento internacional de direitos humanos. Para enriquecer a compreensão do mesmo, realizarão uma investigação bibliográfica para responder estas perguntas: Qual é a origem histórica da Declaração Universal? Como e quando nasceu? Por quê? Qual é sua importância?

### **2. Investigar algo mais**

Os estudantes se organizarão em várias equipes -podem ser seis — para procurar informação sobre: a) a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem; e b) a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Quando, como e por que nasceram? Quem as subscreveu?

Também procurarão informação sobre a Organização dos Estados Americanos. Quando e porque foi fundada? Como está organizada? Que atividades realiza?

Uma vez conseguida a informação e apresentada para todos, os estudantes se dividirão em quatro equipes: uma trabalhará sobre a Declaração Universal de Direitos Humanos, outra sobre a Declaração Americana, outra sobre a Convenção Americana e a última sobre a Organização dos Estados Americanos. Cada equipe elaborará um mural grande, para expô-lo no centro educativo, apresentando o que há de mais importante na informação recolhida.

### **3. Criar e documentar**

#### **CENTRO DE RECURSOS DA AULA EM DIREITOS HUMANOS**

Durante a investigação anterior, os estudantes também se preocuparão de localizar e recopilar materiais informativos, escritos ou gráficos, sobre direitos humanos e sobre os instrumentos e organizações internacionais de direitos humanos.

Depois de concluído o trabalho, eles mesmos os podem ordenar e arquivar numa pasta de consulta para a classe. Irão formando um pequeno *Centro de*

*Recursos em direitos humanos* dentro da aula, que poderá servir para atividades posteriores.

Para obter informação bibliográfica e documental, podem acudir, além das bibliotecas escolares, a organizações nacionais e internacionais que funcionem no país e possuam centros de documentação ou bibliotecas próprias. Também podem entrevistar-se com funcionários de ditas instituições, ou com professores universitários, ou com personalidades do país.

Recomendamos o professor ou a professora continuar com esta prática de recopilação e arquivo de informação durante todo o ano, em cada atividade de investigação que os estudantes realizem. Desta forma, paulatinamente vai-se enriquecendo o Centro de Recursos da aula.

Ao concluir o ano letivo, o grupo pode doar seu Centro de Recursos à biblioteca do centro educativo, para que possa ser utilizado em outros cursos e por futuros estudantes.



Para interpretar e desenvolver a expressão criativa

## DECLARAÇÃO POÉTICA

### Leitura complementar



### ESTATUTOS DO HOMEM<sup>2</sup>

**Artigo 1.** Decreta-se que agora a verdade é válida, que agora a vida é válida, e que mão a mão trabalharemos todos pela vida verdadeira.

**Artigo 2.** Decreta-se que todos os dias da semana, inclusive as terças-feiras mais cinzentas, tem direito a converterem-se em manhãs de domingo.

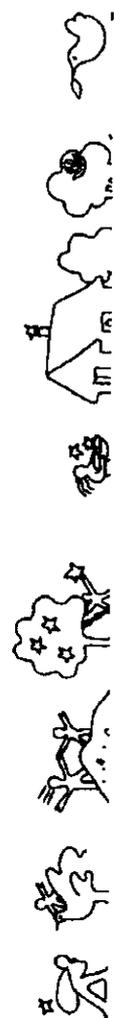
**Artigo 3.** Decreta-se que, a partir deste instante, haverá girassóis em todas as janelas e que os girassóis terão direito a se abrirem na sombra; e que as janelas devem permanecer o dia inteiro abertas ao verde onde cresce a esperança.

**Artigo 4.** Decreta-se que o homem não terá nunca mais que duvidar do homem. Que o homem confiará no homem como a palmeira confia no vento, como o vento confia no ar, como o ar confia no campo azul do céu.

**Artigo 5.** Decreta-se que os homens estão livres do domínio da mentira. Nunca mais será preciso usar a couraça do silêncio nem a armadura das palavras. O homem se sentará à mesa com seu olhar limpo porque a verdade passará a ser servida antes da sobremesa.

**Artigo 6.** Por decreto irrevogável fica instaurado o reinado permanente da justiça e da clareza, e a alegria será uma bandeira generosa aberta para sempre na alma do povo.

**Artigo 7.** Decreta-se que a maior dor sempre foi e sempre será não poder dar o amor a quem se ama, e saber que é a água quem dá à planta o milagre da flor.



<sup>2</sup> Deve-se entender "homen" como "ser humano", isto é, "homen e mulher". Alguns autores ainda seguem utilizando o termo "homen" em sentido genérico, ainda paulatinamente tende-se a preferir a menção explícita de ambos gêneros.



Para seguir investigando a história dos direitos humanos

## **CONHECENDO OS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS**

### **Atividades com os estudantes**

#### **1. Investigar e compartilhar**

Os estudantes conhecem algumas figuras internacionais, continentais e do seu país que tenham obtido destaque na luta pela liberdade, pela paz e pelos direitos humanos no passado ou no presente?

Os estudantes procurarão informação sobre sua vida, suas idéias e seus aportes à causa dos direitos humanos.

Algumas sugestões, que o docente e os estudantes enriquecerão, são: Espartaco, Tom Paine, Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Thomas Jefferson, Mahatma Ghandi, Martin Luther King, Monsenhor Oscar Romero, Vaclav Havel, Adolfo Pérez Esquivel, Rigoberta Menchú, Oscar Arias.

Pode-se escrever uma resenha sobre algum dos personagens estudados.

#### **2. Criar e representar**

Os estudantes, assessorados pelo professor ou pela professora, podem dispor-se a representar, em forma de um show ou de um concurso de teatro, alguma ou algumas das biografias pesquisadas. Podem formar-se equipes de teatro, para que, entre muitos, resulte mais fácil a representação. Se o centro educativo possui um professor ou uma professora de arte, pode-se pedir sua colaboração para que o resultado seja realmente proveitoso.

Seria muito bonito e enriquecedor que essa atividade fosse planejada para uma noite e que para assisti-la se convide aos pais e às mães dos estudantes.

#### **3. Documentar**

A informação recolhida também pode arquivar-se no Centro de Recursos da aula. Assim segue-se enriquecendo esse importante *arquivo de direitos humanos*.

Para começar a pensar no "direito-dever" da liberdade

## LIBERDADE E RESPONSABILIDADE

### Leitura complementar

### QUEM SÃO OS EQUILIBRADOS?

“Um dos fatos mais inquietantes que manifestaram-se no processo de Adolf Eichmann foi que um psiquiatra o examinou e o declarou perfeitamente são. Não o questiono em absoluto e isso é precisamente o que acho inquietante.

Se todos os nazistas tivessem sido psicopatas, como talvez o fossem alguns dos seus chefes, sua horrenda crueldade teria sido mais fácil de compreender em algum sentido. Diferente é considerar esse tranqüilo e equilibrado funcionário despachando seu trabalho burocrático, em seu emprego administrativo, que não era outra coisa senão a supervisão do crime em massa. Era meditativo, ordenado, sem imaginação. Sentia um profundo respeito pelo sistema, a lei e a ordem. Era obediente, leal: fiel funcionário de um grande Estado.

Não o inquietava muito a culpabilidade. Não tinha, possivelmente, nenhuma doença psicossomática. Ao que parece, dormia bem e tinha bom apetite. Na sua visita a Auschwitz, o chefe do campo, Hoess, com diabólica intenção tentou aborrecer ao grande chefe e assustá-lo com algumas cenas dos prisioneiros. Eichmann inquietou-se. Até Himmler tinha se impressionado e lhe tremeram as pernas. Talvez, da mesma forma, o diretor de uma usina siderúrgica poderia se sentir inquieto se ocorresse um acidente enquanto por acaso estava ali. Mas, evidentemente, o que aconteceu em Auschwitz não era nenhum incidente: só o desgosto rotineiro. Teria que acomodar nos ombros a carga do monótono trabalho diário pela pátria. Teria que sofrer o incômodos e até náuseas com espetáculos e barulhos desagradáveis. Tudo isto faz parte do conceito do dever, abnegação e obediência. Eichmann estava consagrado ao dever e estava orgulhoso do seu trabalho.



A lógica de Eichmann era desconcertante. Consideramos o equilíbrio equivalente a um sentido de justiça, de humanidade, de prudência, de capacidade de amar e compreender aos demais. Confiamos em que os equilibrados haverão de preservar o mundo da barbaridade, da loucura, da destruição. E agora começamos a dar-nos conta de que precisamente os equilibrados são os mais perigosos.

Os equilibrados, os bem adaptados, são os que podem, sem nenhum remorso, apontar os projéteis e apertar o botão para que inicie o grande festival de destruição preparado. É pouco provável que um psicopata chegue a ter a ocasião de efetuar o primeiro disparo numa guerra nuclear. Mas como os psicopatas são suspeitos, os equilibrados os manterão longe do botão. Ao contrário, dos equilibrados ninguém suspeita, e estes sempre terão razões perfeitamente boas, lógicas, adequadas para disparar. Obedecerão as ordens que ditam os superiores sem nenhuma vacilação, pois provêm de pessoas perfeitamente racionais, e se sentirão satisfeitos ao cumprir com seu dever quando os projéteis sejam disparados na sua transcendental função apocalíptica.



### **ONDE FICARAM OS VALORES?**

Não podemos seguir supondo que, porque um homem seja equilibrado ele esteja no seu juízo perfeito. O conceito de equilíbrio, em uma sociedade onde os valores tem perdido o seu significado, também carece de sentido. Da mesma forma, a adaptação das pessoas a esta escala de valores resulta suspeita se julgarmos à sociedade de tal perspectiva.

E assim, me pergunto: qual é o significado de um conceito de equilíbrio que exclui o amor, por considerá-lo inútil, e destrói a nossa capacidade de amar outros seres humanos, de responder às suas necessidades e sofrimentos, de reconhecê-los, como pessoas, de perceber a sua dor como nossa? Evidentemente, isso não é preciso para o equilíbrio. Que interesse temos em equiparar o equilíbrio com o cristianismo? Nenhum em absoluto. O pior erro é imaginar que um cristão deve tentar ser equilibrado como todos os demais, que somos parte substancial da nossa sociedade, que devemos ser realistas com respeito a ela, que devemos fazer surgir um cristianismo equilibrado e que no passado houveram muitos cristãos equilibrados. A tortura não é nada novo. Não é mesmo?

Devemos ser capazes de racionalizar um pouco a lavagem cerebral, o genocídio e achar um sítio para a guerra nuclear ou ao menos para as bombas de napalm em nossa teologia moral. Alguns de nós já fazem tudo o que podem por esse caminho. Há esperanças! Os cristãos podem ainda desfazerem-se dos seus preconceitos sentimentais sobre a caridade e fazerem-se equilibrados, como Eichmann se aferrarem a certo sistema de fórmulas cristãs para ajustá-lo a uma ideologia totalitária. Podem falar de justiça, caridade, amor e outras



coisas mais. Essas palavras não tem impedido muitos equilibrados de agirem no passado como o fizeram.

Não. Eichmann não estava louco. Os generais e combatentes de ambos os lados na Segunda Guerra Mundial, os que realizavam a destruição total de cidades inteiras, esses eram os equilibrados. Os que têm inventado e aperfeiçoado as bombas atômicas e os projéteis intercontinentais, os que têm planejado uma estratégia para a próxima guerra, os que têm valorizado as diversas possibilidades de usar agentes bacteriológicos e químicos, não são os loucos, mas os equilibrados. Os que calculam friamente quantos milhões de vítimas pode se considerar que vale a pena sacrificar numa guerra nuclear.

Começo a me dar conta de que equilíbrio já não é um valor nem um fim em si mesmo. O equilíbrio para o homem moderno é tão útil como o grande tamanho e os músculos para o dinossauro. Se fosse um pouco menos equilibrado, se duvidasse um pouco mais, se percebesse os seus absurdos e contradições, talvez houvesse uma possibilidade de sobrevivência. Mas se é equilibrado, equilibrado demais... Talvez devamos dizer que, numa sociedade como a nossa, a pior loucura é não ter em absoluto algum tipo de angústia; ou seja, ser totalmente equilibrado”.

*Thomas Merton*

## **Sugestões para o trabalho na aula**

### **1. Em grupo: Investigar e interpretar**

Para interpretar bem o sentido desta leitura, seria oportuno investigar um pouquinho sobre o que foi a II Guerra Mundial e os campos de concentração, em especial, o de Auschwitz.

Com uma maior clareza sobre o contexto desta leitura, então se pode começar a interpretar o texto. Qual é o tema? Por que o autor lhe deu esse título? Compartilham os jovens da interpretação que faz o autor do respeito aos valores fundamentais das pessoas e ao assim chamado “equilíbrio”?

### **2. Individualmente ou em grupo: valorizar e criar**

Mas o mais importante desta leitura é aplicá-la ao nosso mundo contemporâneo: como se projeta esta leitura no país e no continente em que vivemos?

Os estudantes estão dispostos a fazer seu próprio “Quem são os equilibrados?”, dando exemplos concretos de seu país ou de seu povo? Animam-se a finalizar de acordo com o que possa acontecer?

A redação pode ser em prosa ou em verso, com desenhos ou fotografias. Ou com um pouco de cada coisa.

Para examinar um pouco mais as relações entre  
Liberdade e Responsabilidade em nossa vida cotidiana

## OS CÍRCULOS DA RESPONSABILIDADE



(Retirado de: Anistia Internacional. **Trabalhando pela liberdade**. 1992)

### 1. Analisar em grupo

O professor ou a professora apresentará o gráfico aos estudantes, no quadro ou em cópias individuais.

Dará a eles uns minutos para que cada um reflita sobre o significado do gráfico e depois promoverá uma discussão coletiva ajudando-a com perguntas como as seguintes ou outras semelhantes.

Perguntas para orientação:

- \* Que pretende ilustrar este gráfico?
- \* Que responsabilidades de cada um dos "círculos da responsabilidade" envolvem vocês neste momento da sua vida?
- \* Quais são, concretamente, essas responsabilidades? Dêem exemplos de sua vida diária.

- \* Cumprem vocês essas responsabilidades? Como?
- \* Essas responsabilidades, são as mesmas que tinham quando eram mais jovens? Por exemplo, quando eram bebês? Ou quando eram crianças? Em que se diferenciam? Por quê?
- \* Que responsabilidades acham que terão no futuro?

## **2. Escrever**

Depois da discussão coletiva, o professor ou a professora pedirá aos estudantes que desenvolvam por escrito as suas idéias sobre a relação entre Liberdade e Responsabilidade, centrando-se em particular no caso dos jovens.

O gênero e o estilo da redação será escolhido a vontade pelos jovens. Pode tratar-se de um ensaio de reflexão pessoal, de um relato de uma experiência individual, de uma carta que um jovem dirige a outro ou outros jovens, ou a seus pais ou professores, etc. Também pode ser uma história em quadrinhos, que inclua talento ou ironia, um roteiro para uma obra teatral ou um vídeo.

## **3. Compartilhar**

Concluída a redação, na mesma aula ou na seguinte, o professor convidará aos jovens a compartilharem seus escritos com os colegas.

Para compartilharem os escritos podem utilizar os distintos procedimentos. Um pode ser o “jornal mural”, no qual cada estudante coloca seu escrito no quadro ou na parede da sala para que todos os demais possam lê-lo. Outra possibilidade é a troca de escritos por pares, ou em pequenos grupos.

Qualquer que seja o procedimento utilizado, seria muito enriquecedor concluir a atividade propondo aos jovens que cada um comente ou “*conteste*” o escrito de outro colega, seja que compartilhe das idéias do outro ou discorde delas.

Para conhecer um pouco mais a história dos direitos humanos  
na América

## QUEM FOI ABRAHAM LINCOLN?

### Leitura complementar

#### UM LENHADOR QUE CHEGOU A PRESIDENTE <sup>1</sup>



Em Kentucky, nos Estados Unidos, vivia há 160 anos uma família de sobrenome Lincoln. A sua casa era um rancho com chão de terra. Não tinham camas. Todos dormiam em sacos cheios com grama e folhas secas. Tinham que caminhar horas e horas para chegar no vizinho mais próximo. Nesta distância vivia e trabalhava o senhor Lincoln, acompanhado de sua esposa e de uma menina de poucos anos. Nenhum deles sabia ler. Porém, cuidavam com grande devoção da *Bíblia*, que era o único livro que tinham.

Num dos mais fortes invernos, durante uma tormenta de neve, nasceu nesse ranchinho um menino. Era o dia 12 de fevereiro de 1809. Os pais lhe puseram o nome de Abraham. Quando Abraham e sua irmã cresceram, a mãe lhes contava as histórias da *Bíblia*, e lhes passava o livro para que o segurasse nas suas mãos. Mas nenhum dos quatro podia entender sequer uma letra. Um dia chegou um professor. Queria ensinar a ler e escrever as poucas crianças que moravam nessas distâncias. Abraham rogou a seu pai que lhe deixasse aprender a ler e escrever.

Quando estava começando a ler as primeiras letras, seu pai teve que levar a família para morar em outro lugar, onde não tinha escola. Com o tempo chegaram uns professores, mas só ficaram ali durante uns poucos meses, pois tinham que seguir para outras áreas. Assim, portanto, Abraham Lincoln não esteve mais do que um ano na escola durante toda a sua vida.

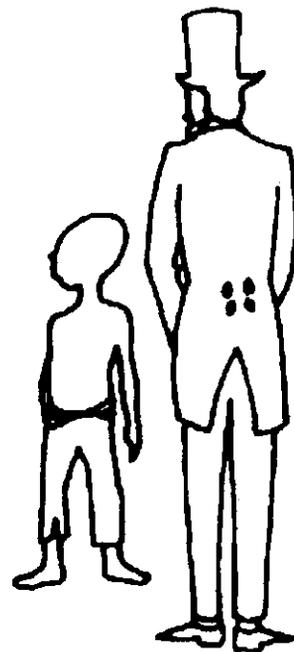
<sup>1</sup> *Escuela Para Todos, Libro Almanaque 1970.*

Com o carinho de seus pais e trabalhando como lenhador, Abraham foi desenvolvendo-se até chegar a ser um jovem forte e saudável. Porém, seu prazer eram as letras. Noite após noite pegava *A Bíblia* para praticar o que tinha aprendido. Pouco a pouco chegou a escrever e a ler corretamente.

Nos sábados à tarde caminhava horas até chegar ao povoado vizinho, onde trabalhava um advogado. Lá escutava os conselhos que o advogado dava a seus clientes. O povo foi sentindo carinho por Abraham. Amiúde o viam falando com os vizinhos e explicando-lhes as leis e os deveres do cidadão.

Então, apenas tinha feito 19 anos e ainda não podia imaginar como era o mundo além das montanhas e do pequeno povoado em que morava. Decidiu ir visitar a grande cidade de Nova Orleans. Pela primeira vez viu uma cidade com ruas imensas e casas de tijolo. Contemplava com assombro as lojas e os vestidos tão elegantes que usavam as pessoas desse lugar, pois ele vestia-se tal como se estivesse em seu povoado, com calça e jaqueta de couro.

Naqueles tempos, certos comerciantes dedicavam-se a ir à África para caçar pessoas como se fossem veados ou animais de montanha. As aprisionavam, as colocavam nos barcos e as levavam aos Estados Unidos para vendê-las como escravos. Os homens brancos chegavam ao mercado e escolhiam esses seres humanos como quem escolhe um animal. O que estivesse sadio e forte, valia mais que os outros. Lincoln chegou ao mercado e gelou-se de espanto. Ouviu o preço que cobrava o comerciante por um homem que estava encolhido num canto: o escravo valia menos que uma vaca! Alguns fazendeiros tinham centenas de escravos. Às vezes numa pequena casa tinham que morar várias famílias de escravos juntas. Apenas lhes davam o alimento diário para que pudessem trabalhar nas plantações de fumo e de algodão, mas ninguém lhes pagava; eram propriedade do dono, como se fossem bois ou cavalos. Se o escravo não servia, voltavam a vendê-lo. Pouco lhes importava separar os filhos de seus pais, ou a esposa do esposo. Muitos morreram de doenças ou de tristeza, a muitos mataram a tiros quando tentavam fugir.



Para eles não existia lei nem justiça. Se um escravo roubava algo o dono podia fuzilá-lo imediatamente. Esse direito era-lhe concedido pela lei. Lincoln deixou o mercado disposto a estudar as leis, para assim poder ajudar estas pessoas e a todos aqueles que sofriam injustiças.

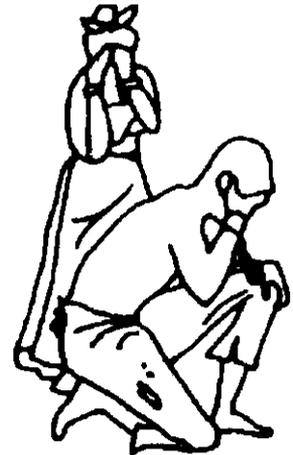
Quando Lincoln fez 21 anos, mudou-se para uma pequena cidade para trabalhar como lenhador. Porém, em poucos dias o patrão notou a sua capacidade e o pôs a trabalhar nos livros de contas. Nas tardes livres, Abraham se dedicava ao estudo das leis. Estudou durante 6 anos e ao mesmo tempo trabalhava como advogado. Apesar de muitas pessoas procurarem sua ajuda, quase não ganhava nada, porque não cobrava dos pobres, que tinham menos que ele.

Seu desejo de ajudar ao povo o levou a se apresentar como candidato a deputado. Mas perdeu as votações. Porém, não desanimou: uns anos depois voltou a experimentar a sorte e conseguiu a maioria dos votos. Logo o elegeram por três vezes seguidas. Durante o tempo em que foi deputado não teve nunca dinheiro, pois era sumamente caridoso e generoso. Andava mal vestido e freqüentemente não tinha mais que uma calça e um paletó. As pessoas o chamavam “*Abraham o honrado*”. O tempo foi passando. Lincoln tinha 45 anos de idade. Casou-se, vivia afastado da política. Mas um dia ouviu um dos deputados, que iam ao campo para conseguir votos, falar em favor da escravidão. Renasceu então sua indignação contra a injustiça. Abandonou seu trabalho e começou a viajar por todo o país, para falar contra a escravidão. As pessoas prestavam-lhe atenção porque era um homem sincero. Dizia coisas como estas:

*“Se Deus ao negro deu pouco, deixe-o que goze ao menos deste pouco. Tem direito a colocar na boca o pão que tem ganho com suas mãos. O negro é igual a mim, igual a todo homem vivente”.*

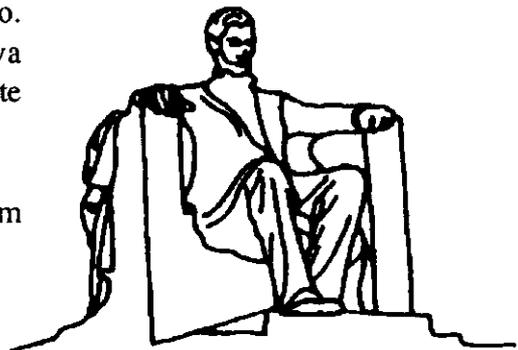
As pessoas falavam de Lincoln, uns contra e outros a favor. Quando se aproximava a época das votações para Presidente, o partido Republicano pediu a Lincoln que fosse candidato. Ele aceitou e ganhou as eleições.

Aquele homem que criou-se como lenhador, chegou a ser Presidente de uma das mais grandes e mais importantes repúblicas do mundo. Mas seu governo não foi fácil. O país estava dividido em dois partidos muito fortes. Os que estavam contra o governo queriam formar uma república independente. Em seguida começou a guerra. Formaram-se exércitos imensos e as lutas foram sanguinárias. Lincoln odiava a guerra, odiava a violência; era profundamente pacífico. Porém, coube a ele cumprir com seu dever de Presidente e levar a cabo a guerra contra os rebeldes. Muitos deputados e muitos ministros estavam contra do Presidente. Mas aos poucos, a sabedoria deste homem convenceu-os e acabaram por respeitá-lo. As tropas comandadas por Lincoln, após meses de luta, venceram os rebeldes. O Presidente deu a liberdade a todos os prisioneiros e não castigou ninguém. Fez leis proibindo a escravidão e garantindo a liberdade de todo ser humano que morasse na república.



Mas infelizmente, todo aquele que luta contra as injustiças sempre tem inimigos. Um dia encontrava-se Lincoln com sua esposa no teatro. De repente entrou um homem no palco onde estava sentado. Sacou uma pistola. Soou um tiro e o Presidente caiu ferido mortalmente.

No dia 15 de março de 1865, morreu Abraham Lincoln, aos 56 anos de idade.



## **Atividades com os estudantes**

### **1. Ler e comparar**

Os estudantes poderão fazer esta leitura individualmente ou em equipes. Se for necessário, poderão procurar alguma informação adicional sobre a época em que viveu Abraham Lincoln.

Uma vez compreendida a leitura, pode-se propor uma comparação com o sacerdote Dom Florencio del Castillo. Para isso, pode-se encarregar uns 5 ou 10 estudantes que façam uma pequena biografia deste homem e a representem aos seus colegas, com desenhos num mural ou numa pequena peça de teatro. Alguém pode pronunciar, como um discurso, suas palavras nas Cortes de Cádiz.

Após pode-se fazer um debate sobre que ensinamentos nos deixam ambas as vidas. É muito oportuno nessa atividade destacar quais são os direitos humanos que ambos defenderam.

### **2. Pensar e aplicar à própria vida**

Os estudantes podem propor-se a escrever individualmente suas próprias impressões da vida de alguns defensores dos direitos humanos. Mas será muito importante que cada um escreva o que ele, pessoalmente, acha deles. Depois, se estas biografias os inspiram, podem propor-se, inclusive, a escrever como podem eles, hoje, em sua condição de estudantes e em suas respectivas comunidades, se converterem em defensores dos direitos humanos. Podem fazê-lo elaborando uma poesia e compartilhando-a depois com seus colegas, ou em forma de prosa.

### **3. Documentar**

A informação adicional recolhida pode ser arquivada no Centro de Recursos da aula. Assim segue-se enriquecendo esse importante *Arquivo de direitos humanos*.

Para conhecer um pouco mais sobre o tema da escravidão

## A ESCRAVIDÃO NO MUNDO DE HOJE

Leitura complementar

# A escravidão resiste a morrer

**M**uitos ainda pensam que a escravidão é própria dos tempos do colonialismo, mas a verdade é que, no final do século XX, esta condição ainda sobrevive e milhões de pessoas no mundo padecem.

Assim registra o relatório anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT): "O trabalho no mundo - 1993", que detalha casos de escravidão no Continente Africano, de servidão por dívidas no Asiático e de "escravidão branca" na América Latina.

O documento da OIT descreve, além disso, "a grave situação de crianças que são compradas e vendidas, para trabalhar em fábricas clandestinas e em prostíbulos."

Em países da África como a Mauritânia, ainda persistem formas tradicionais de escravidão difíceis de serem erradicadas, por serem práticas muito arraigadas na cultura e economia do país.

No Sudão a escravidão tem sido acentuada com a guerra civil instaurada. As milícias não oficiais atacam povos e aldeias para apoderar-se, não somente dos bens materiais, mas também das pessoas, às quais obrigam a trabalhar ou as vendem como escravos.

Devido às necessidades, as famílias em alguns casos "empenham" seus filhos por \$70 cada um, com a esperança de recuperá-los mais tarde

uma vez que concedam ao comprador o dobro da soma. Porém, o comum é que os percam para sempre.

Com relação à servidão por dívidas, os especialistas da OIT têm encontrado numerosos casos na Ásia, onde o empregador apropria-se indefinidamente dos trabalhadores, mediante uma antecipação de dinheiro que depois será descontada de seus salários.

No Paquistão, o mencionado organismo tem recebido informes de que aproximadamente 20 milhões de pessoas - incluídas 7,5 milhões de crianças - trabalham dentro desse sistema. Na Índia, por outro lado, calcula-se que são 5 milhões de adultos e 10 milhões de crianças na mesma situação.

No âmbito latino-americano, o relatório da OIT menciona o caso do Brasil, que em seu território tem registrados em anos recentes mais de 8.000 casos de "escravidão branca".

Este tipo de escravidão é executado - em zonas afastadas - por empreiteiros chamados "gatos", que prometem aos trabalhadores bons salários e condições de trabalho, mas depois pagam menos do que o prometido e os obrigam a comprar deles mesmos os alimentos.

Quando os empregados tentam fugir são perseguidos por pistoleiros, levados de volta e, inclusive, são castigados com pancadas, açoites ou mutilações...

## **Sugestões para o trabalho na aula**

### **1. Em grupo: ler e interpretar**

Os estudantes, com a orientação do professor ou professora, lerão para o grupo reunido esta reportagem do semanário Universidade, de São José na Costa Rica. Para interpretar bem seu sentido pode-se seguir um roteiro de perguntas, como este que propomos.

- Qual é o tema?
- Por que o autor lhe deu este título?
- Estão de acordo que não só a falta de liberdade física é uma forma de escravidão?
- Pensando de acordo com a Declaração Universal de Direitos Humanos quantas outras formas de escravidão podem existir além da sugerida pelo reportagem?

### **2. Revisar o mundo em que vivemos**

O professor ou a professora poderá estimular seus estudantes para que revisem o mundo que os rodeia. Para isso, pode servir-se destas ou de outras perguntas parecidas.

- Como se projeta esta leitura no país e no continente em que vivemos?
- Os estudantes conhecem casos de outras formas de escravidão em suas comunidades ou em seu país?
- Os estudantes estão dispostos a fazer uma lista destas formas, dando exemplos concretos de seu país ou de seu povo?
- Cada um pode fazer suas anotações sobre o tema e depois, com toda classe, podem compartilhar o que têm pensado e escrito sobre a escravidão no mundo em que vivemos.
- A redação das anotações pode ser feita em forma de lista, em prosa ou em verso, com desenhos e fotografias.

Para seguir se aproximando da realidade pessoal e nacional

## **MINHA LIBERDADE E AS LIBERDADES FUNDAMENTAIS**

### **Sugestões para o trabalho com os estudantes**

#### **1. Pensar individualmente**

Os estudantes podem fazer uma lista de *seus desejos de liberdade*. Que liberdades concretas desejam praticar? Por exemplo, brincar de alguma coisa, ir a outra parte, etc. Que estão dispostos a fazer para lograr que se tornem realidade? Que conflitos podem prever em sua realização?

#### **2. Viver fora da aula**

Pode-se dar aos estudantes um tempo moderado para que tentem realizar seus desejos. Talvez umas duas ou três semanas. Depois, em aula, pode-se voltar à lista para repassá-la e acrescentar: Fizeram algo para concretizar esses desejos? Os atingiram? Enfrentaram algum conflito? Como se resolveu? Que aprenderam de cada experiência?

#### **3. Interrogar e compartilhar**

Os estudantes podem interrogar alguns adultos conhecidos sobre este particular. Pode ser seu irmão mais velhos, mãe e pai, avós ou outros parentes, professores ou amigos. Podem perguntar-lhes sobre seus desejos de liberdade e seus esforços por realizá-los. Depois podem comparar suas respostas com as próprias. Que observam? Convém anotar as conclusões e levá-las à aula para serem comentadas com o grupo.

#### **4. Investigar e aprender**

Aos estudantes pode-se pedir que pesquisem na legislação do próprio país: Onde e como aparecem consagrados os direitos e garantias derivados do princípio de liberdade?

É conveniente que identifiquem com clareza em que instrumentos específicos estão reconhecidos (Constituição, leis, tratados) e que sejam anotados num cartaz, para exibi-los depois no quadro ou na parede da sala, junto ou em cima do mapa nacional.

## 5. Averiguar, discutir e escrever

Os estudantes conhecem casos de violações da liberdade pessoal, passados ou presentes, no seu próprio país, no continente americano ou no mundo? Podem procurar informação a respeito e analisá-la coletivamente: Aonde ocorreram ou ocorrem esses casos? Em que momento histórico? Por quê? Logo após, podem elaborar um relatório sobre cada caso investigado seguindo o formato de um artigo jornalístico.

## 6. Documentar

A informação recolhida pode ser arquivada no Centro de Recursos da aula e enriquecer, ainda mais, este centro de informação de Direitos Humanos.



Para entender melhor o *Hábeas Corpus*

## UMA OBRA DE TEATRO

**Para começar, um pensamento decisivo sobre este direito:**

“A Comissão está convencida de que, assim como no passado recente milhares de desapareções forçadas teriam sido evitadas se o recurso de HABEAS CORPUS houvesse sido efetivo e os juizes estivessem empenhados em investigar a detenção, comparecendo pessoalmente aos lugares denunciados como locais de detenção, tal recurso agora constitui o instrumento mais idôneo não só para corrigir com rapidez os abusos da autoridade quanto à privação arbitrária da liberdade, mas também um meio eficaz para prevenir a tortura e outros constrangimentos físicos ou psicológicos, como o exílio, talvez o pior dos castigos, do qual tanto têm-se abusado no subcontinente, onde milhares de exilados formam verdadeiros êxodos.

Estas torturas e constrangimentos, como dolorosamente o tem lembrado a Comissão no seu último relatório anual, costumam ocorrer especialmente durante prolongados períodos de incomunicação, nos quais o detido carece de meios e recursos legais para fazer valer seus direitos. É precisamente nestas circunstâncias quando o recurso de HABEAS CORPUS adquire sua maior importância.”

*Palavras do Presidente da Comissão de Direitos Humanos,  
agosto de 1987.*

### **Por que uma peça de teatro?**

Porque é um recurso pedagógico decisivo para assumir existencialmente o que se quer transmitir. E, principalmente, com relação ao Hábeas Corpus, que é um dos direitos mais delicados e de maior atualidade no mundo de hoje.

#### **1. Sugestões para realização**

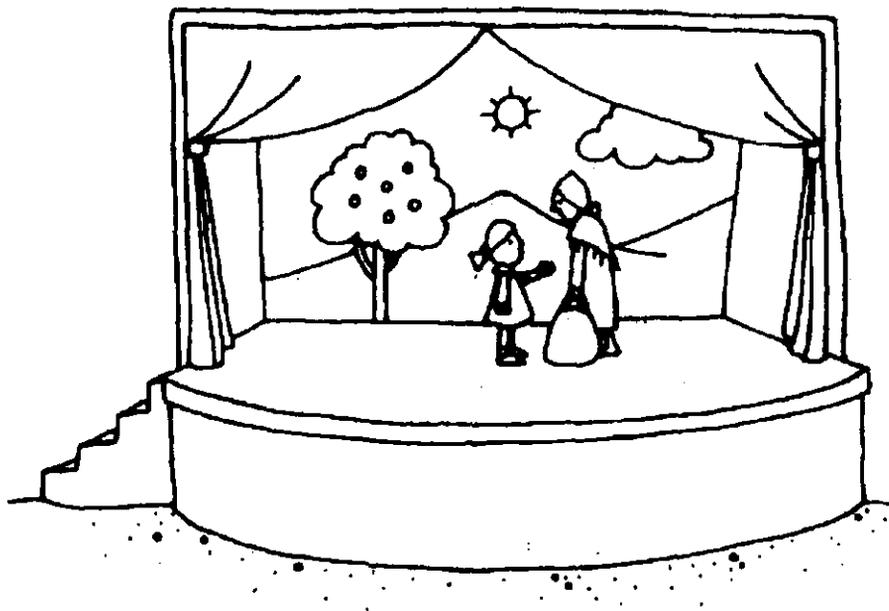
Se tiver professor ou professora de teatro no centro educacional, pode-se pedir sua colaboração. E pode-se pensar em algo como:

Uns estudantes fazem o papel de uma família. Outros, da polícia. Outros de amigos. E outros de trabalhadores do Poder Judiciário e do Juiz.

Um ou uns policiais detêm sem ordem nem razão um membro da família e o levam a uma prisão. Os amigos e o resto da família preocupam-se com ele e vão pedir informação, mas lhes é negada. Então recorrem ao Poder Judiciário, preenchem e entregam o formulário que colocamos na Unidade Liberdade pág. 26, e pedem que lhes entregue o comprovante.

Logo, o Juiz assume seu papel e ordena a proteção, segundo as leis, do detido. Mas como não havia nenhuma razão para sua detenção, então o soltam e ele regressa para junto de seus amigos e familiares.

Isto é só uma idéia, que o professor ou a professora podem manejar conforme suas iniciativas... *as portas estão abertas à imaginação criadora.*



## 2. Leitura complementar

Como mais um material de apoio ao tema, sobretudo, para melhor compreensão de porquê uma autoridade não pode fazer o que desejar com o direito-dever da liberdade:

## A LEI, FREIO A ARBITRARIIDADE

“Posto que a detenção priva a um da liberdade, é de crucial importância que os cidadãos saibam que tais penas não podem ser impostas arbitrariamente a discricção ou prazer da autoridade executiva. A menos que os cidadãos estejam garantidos no exercício deste direito, todos os demais direitos ficam em situação precária. Enquanto exista a possibilidade da detenção arbitrária, as demais barreiras à ação governamental convertem-se em esperanças vazias, e a democracia não pode beneficiar-se com o juízo livre e espontâneo de um povo do qual deve depender para dirigir sua própria conduta.

A detenção sem normas preexistentes que a justifiquem e a falta de submissão do detido ao juiz e de sua liberdade imediata em caso de inculpabilidade, são fatos que se realizam com freqüência lamentável.

Têm-se produzido e se produzem casos de detenção arbitrária ditada pelas autoridades policiais ou por órgãos conexos ou dependentes das mesmas. Ao emitir relatórios sobre tais fatos, as autoridades regulares os atribuem à Polícia, como se esta fosse um poder autônomo.

O exposto leva à Comissão a recomendar o cumprimento das garantias que contém o Artigo XXV da Declaração Americana. Assim, as detenções só devem praticar-se nos casos e segundo as formas estabelecidas pelas leis preexistentes e não se devem prolongar nem exceder o prazo legal sem que ponha aos detidos a disposição do juiz...

A detenção de pessoas por tempo indefinido, sem formulação de cargos precisos, sem processo, sem defensor e sem medidas efetivas de defesa, constitui indubitavelmente uma violação do direito à liberdade e ao devido processo legal...

Suster que o Poder Executivo pode prolongar indefinidamente a detenção de uma pessoa, sem sujeitá-la ao processo legal, implica convertê-lo em Poder Judiciário e terminar assim com a separação dos Poderes Públicos que é uma característica do sistema democrático.”

*Comissão Interamericana de Direitos Humanos,  
Dez Anos de Atividades: 1971-1981. OEA, Washington, 1982.*

Para seguir pensando na liberdade de opinião e de expressão

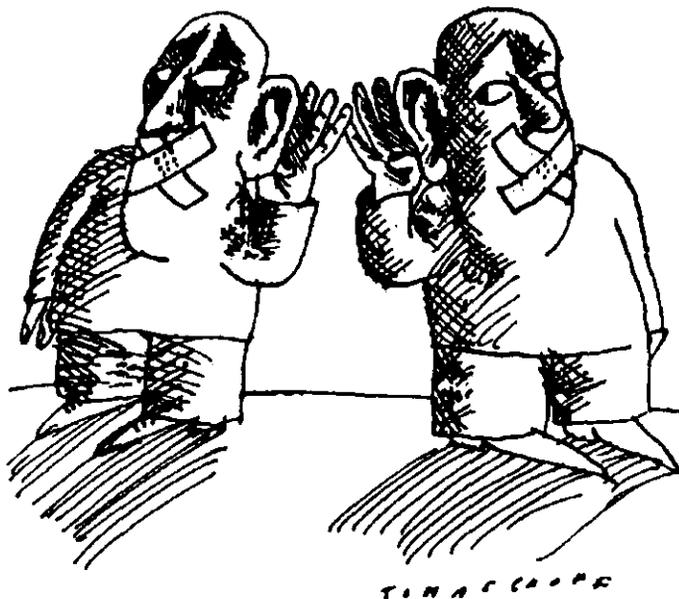
## LIBERDADE, CENSURA E AUTO CENSURA

### Sugestões para o trabalho com os estudantes

#### 1. Pensar em voz alta e discutir

Os estudantes, orientados pelo professor ou professora, podem começar pensando e discutindo entre eles sobre o tema da liberdade de opinião e de expressão e sua limitação pela censura. Podem fazê-lo orientados por perguntas como estas:

- Que é “*censura*” e “*auto censura*”?
- Quando se auto censura uma pessoa?
- Ocorre isto somente na vida pública — por exemplo ao se editar livros ou jornais, ou agir em função de um governo -, ou pode acontecer também na vida privada?
- Existe auto censura quando alguém se nega a brindar informação a outros, ou lhes brinda informação deliberadamente distorcida?
- Porque motivos isto pode ocorrer?
- Que conseqüências para o indivíduo e para os outros podem ter tais atitudes?
- Existem circunstâncias em que se justifique calar?



## 2. Refletir, escrever e compartilhar

Pode-se motivar aos estudantes para que, depois da discussão anterior, pensem em alguma experiência de sua vida diária - no lar, na escola, no local de trabalho, com os amigos- em que tenham sentido alguma forma de censura ou auto censura. Quais foram o ou os censores? Que censuraram? Por quê? Podem redigir um escrito em forma de "autobiografia" contando a experiência e analisando suas motivações e as conseqüências pessoais. Depois, podem dispor-se a compartilhá-lo com os colegas, trocando entre eles seus escritos.

## 3. Projetar fora da aula

Uma vez assumido o tema pessoalmente, pode-se interrogar e analisar o ambiente social em que vivemos. Por exemplo, pode-se trabalhar com esta pergunta:

Tem o público direito a conhecer informação e a imprensa a divulgá-la massivamente?

1. quando quem informa tem presunções ou suspeitas, mas não fundamentos sólidos ou total certeza de verdade do que informa;
2. quando quem informa sobre um tema especializado não tem formação profissional ou científica específica;
3. quando quem informa baseia-se na versão de uma só das partes envolvidas em algum conflito;
4. quando a informação expõe aspectos da vida privada das pessoas, com conseqüências negativas para estas, como por exemplo quando a informação envolve a vida íntima de figuras públicas ou alguma doença que desperte a rejeição social, como problemas mentais ou como a AIDS;
5. quando a informação pode pôr em perigo vidas humanas, ou o bem-estar ou a ordem pública, como por exemplo se a informação cria o pânico ou interfere em alguma ação oficial como um operativo policial em caso de um delito grave, ou de uma ação militar em época de guerra, ou de um plano de salubridade durante uma emergência sanitária;
6. quando a difusão massiva traz o risco de que uma pessoa seja julgada pela opinião pública antes de ser julgada pelos Tribunais de Justiça?

Podem-se tomar os seis casos, fazendo que, em equipes, os estudantes os investiguem. Mas também pode-se tomar somente um destes casos conflitivos ou outro que tenha vigência no seu país, ou que seja de especial interesse para os estudantes, e aprofundar o estudo procurando informação e recolhendo as distintas opiniões a respeito.

#### 4. Representar criativamente

Uma vez recolhida toda a informação, os estudantes podem-se dispor a preparar um grande mural, sem usar palavras, mas apenas imagens -sejam recortadas de jornais ou revistas, ou bem desenhadas por eles mesmos-, onde esteja representado o caso ou os casos escolhidos. Nenhuma das partes que entram em conflito no caso ou nos casos escolhidos, podem ficar de fora; também devem ficar representados os argumentos de todas as partes que estão envolvidas no caso ou nos casos representados.

Quais são as conclusões? Podem-se chegar a uma solução de consenso?

#### 6. Documentar

A informação recolhida pode ser arquivada também no Centro de Recursos da aula e enriquecer, ainda mais, este centro de informação de Direitos Humanos.

#### 7 NOTAS DE PÉ DE PÁGINA À AUTO CENSURA



- \* É pelo interesse da segurança nacional.
- \* Conflito em nossos líderes.
- \* Preciso conservar um amigo em posições importantes.
- \* Preciso deste trabalho.
- \* Preciso de uma promoção.
- \* Não quero ser preso.
- \* De qualquer modo, o outro lado é pior.

Para analisar e discutir sobre a liberdade de informação e o direito à informação

## LIBERDADE DE INFORMAÇÃO

### Sugestões para o trabalho com os estudantes

#### 1. Apresente a leitura

A seguinte leitura foi extraída da introdução: "Jornalismo, direitos humanos e controle do poder político" que Jaime Ordoñez\* escreveu para apresentar o livro do mesmo nome.

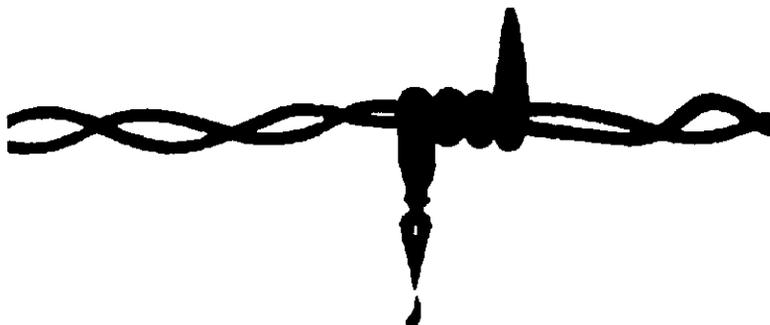
#### 2. Leitura coletiva

##### a. Liberdade de informação e direito à informação. Duas caras da mesma moeda.

Do genérico direito à liberdade de expressão deriva-se diretamente a liberdade de informação. Assim mesmo, a liberdade de informação supõe a existência de dois aspectos adicionais, absolutamente complementares e interativos. Por um lado, o direito a informar e, pelo outro, o direito a ser informado, isto é, o direito tanto de exprimir idéias como de ser receptor das mesmas - ou de ter a possibilidade de optar livremente por elas.

Na mesma linha do que afirma Goldschmidt, pode observar-se uma espécie de retroalimentação: a liberdade

de pensamento põe-se em ação utilizando a liberdade de opinião como forma de comunicação com outros homens. A liberdade de expressão corresponde a essa liberdade de opinião quando ela se difunde por meios públicos. A importância da informação para os homens e a aparição de meios massivos de comunicação modernos, conduzem, portanto, para que essa liberdade de expressão adquira um novo alcance, com o nome de liberdade de informação, pois não somente vai interessar, neste tipo de liberdade, o direito que a difunde - de fazê-la circular sem obstáculos-, mas também o direito dos que a recebem a disporem dela de forma completa e variada. Porque somente assim poderá ficar devidamente nutrida sua liberdade de pensamento.<sup>1</sup>



\* Funcionário do IIDH

<sup>1</sup> Ver *NOVOA MONREAL*, Eduardo. *Direito à vida privada e liberdade de informação*. México, Siglo Veintiuno editores, 1979, p. 149

O direito à informação não pode ser concebido como direito fundamental, pois, delimitado apenas ao ponto de vista do emissor, unicamente como uma liberdade que se consagra a quem exerce a profissão de jornalismo, mas que, adicionalmente, tem que proteger também o ponto de vista do receptor da informação. Só a partir de uma proteção integral dos dois aspectos do fenômeno da informação, poderá se garantir a plena vigência do direito.<sup>2</sup>

O direito do informador, parece complementar-se, porém, só a partir da verificação paralela do direito à informação. Deste modo, tem-se argumentado que “o direito a informação é um direito social porque é manifestado e exprimido a nível coletivo e público; é o direito da função informativa - função social que em última análise, consiste no respeito, na garantia e na efetividade do direito humano à informação -, mas seu caráter social não deriva de ser o direito de organizações coletivas como acontece geralmente nos outros direitos sociais. Ao contrário: seu caráter social e sua manifestação pública não eliminam sua natureza de direito individual.”<sup>3</sup>

#### b. Sobre o conteúdo do direito à informação.

O conteúdo do direito à informação, à luz do artigo 19 da Declaração da Organização das Nações Unidas, pode ser refletido em três faculdades: investigar informações, recebê-las e difundi-las. Investigar, poderíamos definir como “a faculdade atribuída aos profissionais da informação, aos meios informativos em geral e ao público, de ter acesso direto às fontes das informações



e das opiniões e de obter estas sem limite geral algum”<sup>4</sup> Segundo Conesa, “a faculdade de receber informações por parte do cidadão implica o direito de negar-se a recebê-las e, portanto, a possibilidade de eleição. Para que esta faculdade possa fazer-se efetiva é preciso que exista uma diversidade de meios informativos de variadas tendências, pois este pluralismo impede o monopólio informativo que atenta contra os direitos do sujeito universal”.<sup>5</sup>

A faculdade de difundir a informação, por sua parte, está definida na liberdade de expressão, a qual é difícil de exercer por parte dos jornalistas e dos meios de comunicação, quando se vêem limitados no exercício de sua profissão. “No que concerne à sociedade civil, o problema pode se projetar em distintos planos. Frente ao direito dos indivíduos a protegerem sua privacidade, existe um direito dos demais a investigar, difundir e receber informações de interesse público”.<sup>6</sup>

2 Branzburg, citado por LEWIS Anthony em *A preferred position for Journalism?*, 7 Hofstra Law Review, 1979, pp 595-627.

3 FERNANDEZ, Maria Stella. *El periodista frente a los poderes públicos como fiscal*. Sao José, 1987

4 DESANTES GUANTER, José María. *La información como Derecho*, Madrid, Editora Nacional, 1974. p. 73.

5 CONESA SANCHEZ, *Op. cit.*, p. 239

6 GONZALEZ RODICIO, Armando Manuel. *Op. cit.*

Neste momento é preciso reconhecer que na prática social são os meios de comunicação que têm o poder de chegar a exercer mais amplamente as faculdades anteriormente assinaladas, toda vez que o indivíduo, por si só, na maioria dos casos limita-se a receber a informação. Provêm daí a importância de que aqueles que proporcionam essa informação tenham acesso a ela e a transmitam verazmente e sem limitações por parte dos meios de comunicação.

Finalmente, com respeito às faculdades que supõe o objeto do direito à informação, Conesa nos afirma: “estão intimamente entrelaçadas, pois, não em vão, constituem o conteúdo de um único direito. Isso quer dizer que, na medida em que se atenta contra uma delas, as demais também se debilitam e vice-versa”.<sup>7</sup>

### **c. A informação como exercício da liberdade e, à vez, como satisfação de um direito público da sociedade**

Desde que surgiram, praticamente em todas as sociedades, existem meios de informação que informam mal, que transgridem direitos públicos ou individuais ou que faltam ao princípio da verdade. Aqui a pergunta é, sem dúvida, determinar a quem procede por esses corretivos<sup>8</sup>, definir princípios que guiem a ética profissional do jornalista e, em geral, definir pautas que possibilitem um melhor uso da liberdade de informação por parte dos jornalistas e o direito à informação por parte do público. De acordo com a tese que sustentamos, tal obrigação compete aos mesmos jornalistas.<sup>9</sup>

A chave é entender que os jornalistas, ao lado de exercício de uma liberdade, estão satisfazendo um direito público da sociedade. Como tem indicado Emmanuel Derieux: “O conceito de um direito público à informação, tão diferente da simples liberdade de opinião e de expressão, entranha necessariamente na definição dos deveres e responsabilidades dos informadores. Se os profissionais e o público não entram em acordo para levá-la a cabo, as autoridades do Estado, em nome, do interesse público, se sentirão legitimamente chamadas a intervir, ainda que muitas vezes o façam em forma inadequada e inclusive perigosa para o próprio público, para sua informação e para tudo o que dela dependa ou se derive. Para que sua atuação seja responsável, os profissionais precisam de regras. Regras que garantam a liberdade, sem a qual careceriam de responsabilidade, mas também regras que definam as suas obrigações. É indubitável que estas normas necessárias não podem ter outro fundamento além do Direito, ao qual vem aditar-se para completá-lo, precisá-lo e inclusive fazê-lo evoluir. Porque, não se trata somente de um comportamento individual, mas de algo que tem numerosas repercussões sociais. Uma deontologia da informação na qual uma verdadeira organização profissional fica implicada na sua formulação, aplicação e garantia. Esta é, provavelmente, uma das melhores formas de assegurar a liberdade de imprensa, liberdade que, evidentemente, não pode existir sem responsabilidade”.<sup>10</sup>

7 DESANTES, *Op. cit.*, 92

8 HAIMAN, Franklin S. em, *Speech and Law in a Free Society*, University Chicago Press, 1981, pp 48-54

9 RIVADENEIRA, Raúl, *Op. cit.*, p 277

10 DERIEUX, Emmanuel. “*Questões ético-jurídicas de la información*”, Edições Universidad de Navarra S.A. Pamplona, 1983.

## **Sugestões para o trabalho em aula**

### **1. Em grupo, investigar**

Para conhecer com maior profundidade o sentido da liberdade de expressão é recomendável pedir aos estudantes que investiguem sobre as raízes da liberdade de expressão em seu país.

Também poderiam investigar sobre a forma em que a liberdade de informação tem influído na vida política do seu país.

### **2. Em equipes: dialogar**

**Comentar o texto lido e assinalar:**

- \* A que se refere a liberdade de expressão?
- \* Qual é a diferença entre liberdade de informação e direito à informação?
- \* Quais são os limites da liberdade de informação?
- \* Quem deveria estabelecer esses limites?
- \* Quais são as responsabilidades do transmissor da informação e dos receptores da informação?
- \* Que importância tem para a democracia a liberdade de expressão?
- \* No nosso país há liberdade de expressão?

### **3. Em grupo: revisar e criar**

Revisar alguns meios informativos e verificar o tratamento das notícias. Talvez uma mesma notícia seja difundida de diferente maneira; comentar e tirar conclusões. Diferenciar os tipos de informações.

Com a orientação do professor ou professora, seria conveniente concordassem em redigir um jornal. Pode ser Mural ou para distribuição no centro educacional. Também poderiam produzir um noticiário para Rádio ou Televisão.

### **4. Documentar**

Recolher informação local sobre a liberdade de expressão para aprofundar o tema e prosseguir com a discussão.

Esta informação pode ser arquivada no Centro de Recursos da sala de aula.